

Estamos uma vez mais naquele que é, provavelmente, o acto mais emblemático da Justiça portuguesa: a abertura do Ano Judicial, transferida para mais tarde por motivos óbvios, e que por isso se transformou, este ano, num verdadeiro Acto da Primavera.

E, desde logo, cabe-me o dever de, em nome do S.T.J., saudar o Presidente da República reeleito e desejar-lhe um novo mandato na senda daquilo a que já nos habitou e que atinge os altos patamares de qualidade dos Presidentes da República que a democracia portuguesa, reinstaurada em 1974, nos trouxe.

Para Vossa Excelência, Senhor Presidente, são, por isso, as primeiras palavras de saudação dos juízes deste Supremo Tribunal de Justiça.

X

X

X

X

Vivemos, neste momento, um período novo – ainda que transitório – da vida deste Supremo.

No espaço de cinco meses, um terço dos juízes do Supremo Tribunal jubilou-se arrastando consigo dezenas de outros juízes de segunda instância e originando a prazo problemas de gestão do quadro de magistrados.

A substituição dos juízes jubilados no Supremo implicou a paralisação da distribuição de recursos e a sua subsequente acumulação; daí que o tempo habitual de três meses para decisões de recurso neste Tribunal tenha desaparecido para já se bem que estejamos convictos de que a situação se normalizará por ocasião do próximo Ano Novo.

Diferente vai ser, a curto prazo, a situação na primeira instância, já que, com juízes promovidos aos Tribunais da Relação e sem cursos de acesso ao CEJ para o presente ano, não será fácil colmatar os buracos que necessariamente ocorrerão nos escalões inferiores da judicatura.

Uma vez mais, o peso maior da carga e das dificuldades dos Tribunais portugueses vai recair sobre aqueles que labutam na primeira instância.

Ainda assim, 2010 assistiu a uma produtividade grande do S.T.J.: no computo final, e sem contar com as reclamações, entraram 3156 processos e foram julgados 3384, o que nos mostra a capacidade decisória deste Supremo mesmo em fase de transição difícil.

X

X

X

X

Falar da justiça remete-nos para os problemas recorrentes que nos assolam há anos; e adiantaremos que, ao falar deles, nos limitamos aos Tribunais, ao Poder Judicial propriamente dito, sem embargo de qualquer pequena incursão no âmbito da investigação criminal que se localiza a montante dos Tribunais.

Com esta prevenção queremos separar águas que a comunicação social em regra mistura e não separa.

O Judiciário português vive dificuldades idênticas às dos comuns dos Judiciários dos países do centro e sul europeus; manifestamente melhor estão, para já, os países nórdicos.

Falar delas, dessas dificuldades, reconduz-nos a falar daquilo que tantas vezes sublinhamos: usaram-se os Tribunais, anos a fio, para o lixo de centenas de milhar de acção de dívida que interessa aos utilizadores

económicos frequentes, que vandaliza os cidadãos esmagados por uma morosidade das médias e pequenas causas e coloca Tribunais e juízes numa pressão que sobe em progressão constante.

No triénio 2007/2009, a pendência de acções em Tribunal não aumentou; regrediu até, e isso é-nos confirmado pelo relatório de Outubro de 2010 da CEPEJ do Conselho da Europa onde a nossa taxa de resolução de litígios (a clearance rate) é francamente razoável.

Mas o caminho a percorrer é enorme.

As três Nuts experimentais têm fornecido dados positivos comumente aceites, devendo por isso a nova orgânica judiciária ser alargada o mais depressa possível a todo o país, sem embargo de uma avaliação frequente; talvez se deva extinguir tribunais que estão manifestamente a mais, alargar a mobilidade dos funcionários a todo o âmbito espacial das Nuts e repensar no litoral (mas não tanto no interior) o deslocamento contínuo de juízes de Tribunal para Tribunal.

O processo deve ser profundamente remodelado, conferindo-se poderes acrescidos aos juízes como fazem os saxónicos e aligeirando a fundamentação da matéria de facto das decisões quando afinal se grava o julgamento; só assim se conseguirá a flexibilidade que os juízes dos tribunais arbitrais têm e se evitará incidentes dilatórios em cascata que, no processo penal, têm como principal objectivo obter a prescrição criminal.

Alias, o C.P.P. de 1929, de Beleza dos Santos, tinha soluções para obviar a tais prescrições, sem embargo de se reconhecer que são essenciais válvulas de segurança que dêem ao arguido a garantia de que a investigação criminal não se perpetuará até ao juízo final.

Mas o nosso maior tsunami é o processo executivo.

Criaram-se títulos executivos a eito e privatizou-se o cumprimento das decisões cíveis a um ponto tal que os efeitos a prazo são, hoje, visíveis; com isto, dois em três processos são execuções e não se vê para já o fundo do túnel.

Em Inglaterra, por exemplo, os títulos executivos estão reduzidos praticamente à sentença do juiz ou do “magistrate” e não há sequer processo de execução; executar a sentença do juiz é quase um mero acto de polícia.

X

X

X

X

Estamos – é sinceramente o que penso – no limiar de uma crise estrutural de todo o Ocidente que nos deve impor racionalização contida nos gastos, despesas e prémios (a que nenhum sector público e privado deve fugir) mais parecendo que as previsões do alemão Osvald Spengler, em 1918, e cuja obra Hitler proibiu, se aproximam perigosamente do oráculo de Delfos.

Os Estados-Unidos viram-se cada vez mais para a Ásia usando o Pacífico, tentando recriar a célebre rota do galeão de Manila; a Alemanha distende-se para leste porque sabe-se que as grandes jazidas de matérias-primas estão na Ásia russa e caucasiana e na África; a União Europeia (depois de um alargamento impensado, pensando que era chegada a hora de absorver os eslavos bizantinos) está a braços com o renascimento interno da fractura dos povos que a geraram (os católicos do sul e os protestantes do norte) a tal ponto que corre o risco de o chamado eixo Paris-Berlim se diluir a prazo no eixo táctico Berlim-Moscovo; o general angolano João de Matos escreveu, aí há 10/12 anos,

no “Expresso”, um artigo curto e premonitório cujo título dizia tudo “ De como o Ocidente está a perder a África”; Samuel Huntington resumiu toda esta crise quando no seu conhecido “Choque de Civilizações” teve o despudor e a coragem de, pela primeira vez, excluir da nossa civilização os povos latino-americanos como se nos fossem estranhos à revelia de conceitos há muito assentes e que Arnold Toynbee sedimentou nos anos 50/60 do século passado.

Durante séculos, quando a grande auto-estrada do mundo era o Atlântico, Portugal estava perto do centro do mundo; hoje com os Estados-Unidos virados a poente e a Europa a leste, Portugal corre o risco de se tornar periférico.

Com uma agravante: Tony Judt, o historiador inglês recentemente falecido, informa-nos na sua última obra, (“Tratado sobre os nossos actuais descontentamentos” e que é um verdadeiro testamento ideológico) que, de entre todos os países da União (antes do seu último alargamento) acrescidos dos EE-UU, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia, Portugal é – a seguir aos EE-UU – aquele onde é maior a diferença de vencimentos líquidos entre ricos e pobres (o chamado coeficiente Gini) o que nos dará menor coesão e solidariedade e maior exclusão sociais.

Daí que, por tudo isto, o próprio sistema jurídico não deva ficar de fora dos custos e das contas que temos a obrigação de fazer.

O que nos leva a sublinhar três pontos, todos eles relacionados com o Judiciário.

Em primeiro lugar, o fim (ou, no mínimo, a limitação máxima) do sigilo bancário e fiscal (já por mim referido, nesta sala, há dois anos) como forma de contribuir para a diminuição da vergonhosa evasão fiscal.

Na Suécia, por exemplo, publica-se todos os anos, a listagem (com acesso incondicional a qualquer cidadão) de todos os contribuintes (pessoas e empresas) com a indicação daquilo que elas declararam ao Fisco e do que pagaram como imposto; a transparência é isto e isto permite a cada um saber o que pagaram o vizinho, as empresas, os bancos ou os que defraudaram a sociedade com isenções fiscais simuladas ou excessivas.

A evasão fiscal engendrou os sigilos bancário e fiscal e estes deram paternidade aos paraísos fiscais.

Em segundo lugar, a necessidade – maior em tempo de crise – de defender os mais carenciados com meios melhores e mais baratos.

Daí que a implementação de um sistema nacional do defensor público (com uma preparação técnica adequada como a dos magistrados porque se trata de um sistema público) deva substituir o apoio judiciário que, cada vez mais, se compraz em ocultar o excesso de advogados no mercado.

Em 2010, o Estado gastou com o actual apoio judiciário 56.011.116 euros (cinquenta e seis milhões, onze mil, cento e dezasseis euros); se houvesse um quadro de 800 a 1000 defensores públicos, o Estado teria gasto de certeza bem menos com profissionais preparados especificamente para tal.

Em terceiro lugar, há que decidir de vez o que fazer com o processo de execução: ou privatizá-lo tirando-o dos Tribunais e entregando-o a agentes privados de execução, ou pondo os agentes de execução sob a alçada total de um organismo público seja ele qual for.

O modelo actual, com as execuções nos Tribunais, os juízes sem as poder controlar, os agentes de execução como se fossem agentes do

estado mas agindo na prática como profissionais privados sem prestar contas a quem os deve superintender, este modelo híbrido em que o Estado é o responsável pelas execuções e quem livremente as movimenta como coisa sua não presta contas, este modelo vai levar, a prazo, a acções de responsabilidade civil extra-contratual do Estado nas quais todos pagamos para proveito e gáudio daqueles a quem interessa tal hibridismo.

Porque, neste sistema, os actos lesivos praticados por quem se sente um profissional liberal vão-se repercutir na entidade que juridicamente os assume sem os fiscalizar: o Estado.

X

X

X

X

Senhor Presidente da República,
Excelência,

Há tempos atrás, numa das suas crónicas semanais no “Público”, Vasco Pulido Valente, descrevendo uma longa experiência sua em tribunal, terminava-a com uma frase lapidar sobre a justiça.

Dizia ele: “A justiça não é má; a lei, essa é insuportável”.

Síntese perfeita do que muitas vezes sentimos e que é, afinal, um elogio encapotado a quem julga.

Luís António Noronha Nascimento

16 de Março de 2011